

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.716 - SC (2019/0328136-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE : CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTAL DO VALE**  
**ADVOGADO : MARCOS GEOVANE FERREIRA - SC0050878**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**

## DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por CONDOMINIO RESIDENCIAL PORTAL DO VALE, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. FISCAL. CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CONSTITUIÇÃO POR DCTF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.

1. O art. 174, parágrafo único, I a IV, do CTN, elenca as causas que interrompem a prescrição, e deve ser interpretado em conjunto com o art. 240, caput e § 1º, do CPC vigente (equivalente ao art. 219, § 1º, do CPC/73). '(...) o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional.' (REsp 1120295/SP, art. 543-C do CPC/73).

2. Tratando-se de débitos originados por declarações prestadas pelo próprio executado ao Fisco, a constituição do crédito tributário se dá nos termos da Súmula nº 436 do STJ. Assim, a partir da data da entrega, ou do vencimento da obrigação, o que for posterior, tem início o prazo prescricional de 5 anos.

3. Hipótese em que não resta caracterizada a prescrição dos créditos tributários executados" (fl. 44e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 52/57e), rejeitados nos seguintes termos:

"TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

Embargos de declaração improvidos porque inócuentes quaisquer das hipóteses do art. 1.022 do CPC" (fl. 70e).

Nas razões do Recurso Especial, aduz a parte recorrente violação aos arts. 1.022, I e II, 489, § 1º, IV, V e VI, 1.013 e parágrafos, e 85, § 3º, todos do CPC/2015,

# *Superior Tribunal de Justiça*

nos seguintes termos:

"Não tendo sido acolhidos os Embargos de Declaração, acabou-se por infringir os arts. 1.022, I e II, 489, § 1º, IV do NCPC/2015, que assim estão dispostos:

(...)

Ao rejeitar os Embargos Declaratórios o Tribunal acabou por infringir os artigos processuais acima colacionados, pois não manifestou-se em relação aos argumentos apresentados, deixando de apreciar os mesmos, os quais poderiam, de fato, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

Ínclitos Ministros, data maxima venia, gritante é a contradição estampada no r. acórdão que rejeitou os Embargos Declaratórios, senão, veja-se:

(...)

Como bem destacado pelos nobres Desembargadores do Colendo TRF4, 'somente parte dos pedidos veiculados na exceção foram acolhidos', a partir do que, não haveria motivo para serem rejeitados os Embargos de Declaração, bem como para o indeferimento da repudiada Exceção de Pré-Executividade, vez que a pretensão do Recorrente objetivava, justamente, o RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO PARCIAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO, a partir do vindicado na exordial executória.

O cerne da questão situa-se no ponto em que, embora argumente a Fazenda Embargada, EXTEMPORANEAMENTE, ter excluído de ofício do crédito tributário as competências de 01/2005 a 11/2006, portanto, RECONHECIDAMENTE PRESCRITAS, vez que a Execução Fiscal foi ajuizada em 22/12/2011, o dito reconhecimento de ofício não se deu de forma espontânea por iniciativa do Fisco, e sim A PARTIR DO AJUIZAMENTO DA REFUTADA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.

Nesse particular, consignou-se no corpo dos Embargos de Declaração o seguinte entendimento esposado pelo próprio egrégio TRF4:

(...)

Neste passo, em que pese o exacerbado saber jurídico do ilustre relator do acórdão, não se trata de mera 'REDISCUSSÃO DOS FUNDAMENTOS DO JULGADO' e sim, da CORRETA APRECIÇÃO DA PROVA, ressalte-se, CONSTANTE DA INICIAL EXECUTÓRIA, argumentos estes que o acórdão recorrido pura e simplesmente NEGOU-SE a analisar.

(...)

# *Superior Tribunal de Justiça*

A satisfação de tal exigência observa-se desde o 1º grau, pois que o Recorrente insistentemente busca demonstrar em seu pleito, como se colhe, inclusive, dos Embargos de Declaração o reconhecimento de que ' FAZENDA EMBARGADA SÓ ATUALIZOU O CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM 29/06/18, POR INTERMÉDIO DESSE CAUSÍDICO, E AINDA, APÓS O AJUIZAMENTO DA REFUTADA EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE'.

O r. Juízo a quo errou ao entender tratar-se os Embargos de Declaração mera 'rediscussão dos fundamentos do julgado', consequentemente deixou de apreciar o mérito da ação, o que deve ser reconhecido por este egrégio Tribunal Superior.

Assim, nos termos do § 1º, inciso IV, do art. 489 do CPC, 'Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que: (...) IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador', com o que se impõe a reforma do r. Acórdão, por visível infração aos arts. 1.022, I e II, art. 489, § 1º, IV e VI, art. 1.013 e parágrafos, todos do Código de Processo Civil.

(...)

A exclusão de parte da dívida, estampada nas CDAs que instruem a Execução Fiscal, relativa às competências reconhecidamente prescritas, não exime a Recorrida da obrigação de arcar com os honorários sucumbenciais. Esse o teor da súmula 153 deste egrégio STJ.

(...)

Fato é que a jurisprudência invocada, inclusive a deste c. STJ, afeta a condenação do Fisco aos ônus sucumbenciais, foi totalmente ignorada pelo r. Juízo a quo, além do quê não guarda vínculo com a jurisprudência colacionada pelo Recorrente, visto referir-se aquela de matéria relativa ao lustro prescricional, metodicamente explicitada e fundamentada pelo Recorrente desde a propositura do incidente processual, e esta do 'CANCELAMENTO DO DÉBITO PELA FAZENDA PÚBLICA (...) EM RAZÃO DE DEFESA PRODUZIDA PELA EXECUTADA, AINDA QUE POR INTERMÉDIO DE EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE, QUE FORÇOU O EXEQÜENTE AO PEDIDO DE DESISTÊNCIA'.

Assim, em atenção ao disposto no art. 1.029, § 1º do CPC, requer-se a reforma do r. acórdão recorrido, reconhecendo-se a afronta ao art. 489, § 1º, inciso VI, também do CPC, bem como ao enunciado da Súmula n. 153 do STJ, condizente com a o entendimento

jurisprudencial deste colendo Tribunal Superior, declinado no Agravo de Instrumento, por ser medida de inteira JUSTIÇA.

3.3 - DA OFENSA AO ART. 85, § 3º DO CPC

A insistida Exceção de Pré-Executividade foi proposta no intuito de se ver, parcialmente, Extinta a obrigação tributária, o que de fato se consumou vez que quase 60% (sessenta por cento) da obrigação foi extinta, tendo a Recorrida reconhecido a prescrição, ex officio, e excluído os débitos relativos às competências anteriores a dezembro de 2006, contudo, pretendia aquela, ainda, ver a Recorrida condenada ao pagamento de honorários sucumbenciais.

É que, conforme o insistentemente explanado pelo recorrente, a exclusão das competências reconhecidamente prescritas se deu, tão somente, após a proposição da Exceção de Pré-executividade, ou seja, O INCIDENTE PROCESSUAL MERECIA PROSPERAR PELA SIMPLES ANÁLISE DAS PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS DA EXECUÇÃO FISCAL, para, além de ver extinto parcialmente o crédito tributário, condenar a Recorrida aos honorários sucumbenciais.

Reza o art. 85, § 3º do Código de Processo Civil:

(...)

Data maxima venia, Nobres Ministros, com base no explanado suso, não há falar em sucumbência mínima da Recorrida quando 57,26% (cinquenta e sete vírgula vinte e seis por cento) da obrigação tributária foi eliminada, tendo, inclusive, o Fisco Nacional já levantado o montante que lhe cabia, mesmo após o imenso transtorno que causou ao Recorrente ao bloquear valores além do que lhe era de direito.

Denota-se, portanto, que embora tenha logrado êxito em ver eliminada grande parte da obrigação tributária, a rejeição dos Embargos de Declaração, bem como o improvimento do Agravo de Instrumento que, por sua vez, resulta no indeferimento da Exceção de Pré-Executividade, confere prejuízo à pretensão do Recorrente, por afronta direta ao disposto no art. 85, § 3º, do CPC, vez que, também, pugnou o mesmo pela condenação da Recorrida ao pagamento de honorários sucumbenciais, motivo pelo qual o r. acórdão proferido no Agravo de Instrumento merece ser reformado.

Quanto a viabilidade de ser acolhida a Exceção de Pré-Executividade, anteriormente indeferida pela via do Agravo de Instrumento, pertinente o entendimento esposado no seguinte julgado:

(...)

Assim, com base em todo o exposto, requer-se a reforma do r.

Acórdão recorrido, o que faz com fulcro na legislação supra

# *Superior Tribunal de Justiça*

colacionada, por ser medida de inteira justiça, vez que, comprovadamente, a r. decisão do egrégio Tribunal Regional Federal contraria de forma alarmante vários artigos de uma lei federal em perfeita vigência, bem como a jurisprudência sumulada deste egrégio Superior Tribunal de Justiça" (fls. 82/92e).

Ao final, requer "seja dado provimento ao presente Recurso Especial, determinando-se a NULIDADE e consequente REFORMA do acórdão por falta de fundamentação, não apreciação de todos os argumentos, erro na valoração das provas e dissídio jurisprudencial, tudo com base nos fundamentos acima aludidos, por ser matéria de DIREITO e JUSTIÇA" (fl. 93e).

Apresentadas as contrarrazões (fls. 105/107e), foi admitido o Recurso Especial (fls. 110/111e).

O recurso provimento, especificamente em relação à alegação de violação aos arts. 1.022 e 489 do CPC/2015.

Ao negar provimento ao Agravo de Instrumento, o Tribunal decidiu consoante os seguintes fundamentos, no que interessa à espécie:

"No caso, os débitos em execução referem-se a contribuições previdenciárias, competências 01/2005 a 02/2008, e foram constituídos mediante entrega de declarações, enviadas a partir de janeiro de 2007 (evento 93, Processo 50087740620114047208, evento 93, GPS4, pág. 39).

A execução fiscal foi ajuizada em 22/12/2011.

Assim, estão prescritas as competências de 01/2005 a 11/2006.

Contudo, a parte exequente informou já ter excluído da cobrança os valores das competências de janeiro de 2005 a novembro 2006 (Processo 50087740620114047208, evento 100, PET1). Assim, não há interesse processual quanto a estas competências.

Em relação às competências de dezembro de 2006 a fevereiro de 2008, não há falar em prescrição.

Logo, correta a decisão que indeferiu o pedido da agravante, quanto a este tópico.

## 2. Honorários Advocatícios

É assente na jurisprudência que, quando a defesa, em sede de execução fiscal, for veiculada através de exceção de pré-executividade e essa for acolhida, inclusive parcialmente, é cabível a condenação da parte exequente em honorários advocatícios. Isso porque o devedor-excipiente teve o ônus de constituir advogado.

Contudo, no presente caso, entendo que houve sucumbência mínima

da União, uma vez que somente parte dos pedidos veiculados na exceção forma acolhidos.

Com efeito, a agravante postulava a decretação da prescrição e a invalidação do bloqueio de ativos financeiros, em virtude da impenhorabilidade do valor depositado em caderneta de poupança.

Quanto à prescrição, a exequente excluiu da cobrança os valores das competências prescritas, e em relação às demais competências, não estavam prescritas.

Assim, incide na espécie o disposto no parágrafo único do art. 86 do CPC: 'Se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários'.

Logo, não há verba honorária a ser fixada em favor da agravante" (fl. 42e).

Contra esse acórdão, a recorrente opôs Embargos de Declaração, sustentando o seguinte:

"O cerne da questão situa-se no ponto em que, embora argumente a Fazenda Embargada ter excluído de ofício do crédito tributário as competências de 01/2005 a 11/2006, portanto, reconhecidamente prescritas, vez que a Execução Fiscal foi ajuizada em 22/12/2011, o dito reconhecimento de ofício não se deu de forma espontânea por iniciativa do Fisco, e sim a partir do ajuizamento da indeferida Exceção de Pré-Executividade.

Por oportuno, insta salientar que diferentemente do que informa a r. decisão supratranscrita, a entrega de declarações das contribuições previdenciárias, competências 01/2005 a 02/2008, foram enviadas a partir de fevereiro de 2006 (evento 93, GPS4, pag. 09).

Neste passo, atente-se Vossa Excelência, Ínclito Desembargador no que adiante se explana:

A Embargada ajuizou a Execução Fiscal em 22/12/11, não tendo esse Embargante no que concerne à retroação ao momento do ajuizamento da Execução, apresentado qualquer objeção.

A Exceção de Pré-Executividade foi apresentada em 10/05/18, e indeferida, em um primeiro momento, por entender o r. Juiz de piso não estar a petição acompanhada de documentos aptos a fundamentar os pedidos (evento 94 – doc. 10), os quais, conforme arguido e, ressalte-se, não impugnado, já constavam dos autos da Execução Fiscal, ou seriam de obrigatoriedade do Fisco.

Aduziu a Embargada em suas Contrarrazões (evento 06):

(...)

**Todavia, consta da exordial executiva a cobrança da obrigação tributária exercícios 01/2005 a 02/2008, cabendo destacar que A FAZENDA EMBARGADA SÓ ATUALIZOU O CRÉDITO TRIBUTÁRIO EM 29/06/18 POR INTERMÉDIO DESSE CAUSÍDICO, E AINDA, APÓS O AJUIZAMENTO DA REFUTADA EXCEÇÃO DE PRE-EXECUTIVIDADE, conforme se colhe da petição do Fisco (evento 98), verbis:**

(...)

Assim, não há falar em exclusão espontânea do crédito tributário por parte da Embargada, pois que a atualização da dívida só se deu após a intervenção deste causídico e em decorrência do exposto na indeferida Exceção de Pré-Executividade.

Por oportuno, cabe mencionar que, com base na tabela de Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores – BacenJud (evento 119), embora a obrigação tributária foi reduzida ao montante de R\$ 16.502,61 (dezesseis mil e quinhentos e dois reais e sessenta e um centavos), o bloqueio inicialmente efetuado na conta bancária do Embargante foi de R\$ 29.386,80 (vinte e nove mil e trezentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), o que por vários dias causou sérios transtornos ao Embargante, motivo pelo qual este causídico veio a ter com o d. Procurador da Fazenda Nacional por meio de correio eletrônico.

Frise-se, ainda, que o referido bloqueio via BacenJud atesta ser a cobrança do Fisco, até a atualização do débito (25/07/18), ou seja, após o ajuizamento da Exceção de Pré-Executividade (10/05/18) da ordem de R\$ 38.078,44 (trinta e oito mil e setenta e oito reais e quarenta e quatro centavos).

Posto dessa forma, observa-se que o crédito fiscal sofreu redução em quase 60% (sessenta por cento) do valor pretendido pela Embargada, tudo, tão somente, a partir da indeferida Exceção de Pré-Executividade.

(...)

Certo é que, a despeito de ter sido indeferida, houve o reconhecimento da prescrição arguida na Exceção de Pré-Executividade, que por seu turno da conta da cobrança do Fisco Nacional em montante quase 60% (sessenta por cento) superior ao que lhe era de direito, que, ressalte-se, foram EXCLUIDOS do crédito tributário, o que implica em contrariedade e afronta a legislação pátria, a exemplo da jurisprudência já invocada no improvido Agravo, cujo entendimento proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal do Rio Grande do Sul, coaduna com a pretensão do ora Embargante, in verbis:

(...)

Conclui-se que a segurança jurídica, princípio constitucional dos mais relevantes no universo jurídico, restaria sobremaneira ofendida se sempre, após o ajuizamento da defesa, fosse facultado ao Fisco simplesmente se manifestar no processo informando ter atualizado/excluído o crédito tributário, para fins de ver-se desobrigado dos ônus sucumbenciais, mesmo diante de situações como in casu em que, além de ter ajuizado Execução Fiscal na qual grande parte da pretensão fazendária se via destituída de justo título a lhe dar fundamento, causou imenso transtorno ao efetuar bloqueio via BacenJud em valor muito superior ao que realmente lhe era de direito. Com base em todo o exposto, tendo o crédito tributário sofrido redução, apenas, repito, **APÓS O AJUIZAMENTO DA EXCEÇÃO DE PRE- EXECUTIVIDADE**, conforme petição da própria Fazenda Embargada (evento 98), pertinente a oposição dos Presentes Embargos de Declaração, para fins de ver reformada a r. Decisão" (fls. 53/57e) (grifei)

No entanto, os Embargos de Declaração foram rejeitados, sem que tais questões fossem efetivamente apreciadas.

Para demonstrar a relevância, em tese, das questões apontadas como omissas, basta observar que a jurisprudência do STJ é no sentido de ser cabível a condenação da exequente em honorários advocatícios quando o cancelamento da cobrança ocorre após a apresentação de exceção de pré-executividade.

Confira-se:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA DA AÇÃO. **CANCELAMENTO DA CDA APÓS EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE.** MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO DE SEREM IRRISÓRIOS. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Quanto à violação ao art. 535 do CPC/73, a decisão monocrática ora atacada consignou, expressamente, que não se vislumbra omissão, porque o acórdão recorrido examinou os parâmetros para fixação da verba honorária. A oposição dos embargos de declaração, portanto, caracterizou apenas a irresignação da parte diante da decisão contrária aos seus interesses, o que não viabiliza o referido recurso.

II - A jurisprudência do STJ consolidou-se no sentido de que a fixação



da verba honorária de sucumbência cabe às instâncias ordinárias, uma vez que resulta da apreciação equitativa e avaliação subjetiva do julgador diante das circunstâncias fáticas presentes nos autos, razão pela qual é insuscetível de revisão em recurso especial, ante o óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ.

III - Todavia, excepcionalmente, admite-se o afastamento do óbice quando a verba honorária é fixada em patamar exorbitante ou irrisório, o que não ocorre no caso dos autos.

IV - Ressalte-se que a Segunda Turma do STJ, no julgamento do AREsp n. 532.550/RJ, convencionou que a desproporção entre o valor da causa e o valor arbitrado a título de honorários advocatícios não denota, necessariamente, irrisoriedade ou exorbitância da verba honorária, que deve se pautar na análise da efetiva complexidade da causa e do trabalho desenvolvido pelo causídico no patrocínio dos interesses de seu cliente.

V - Agravo improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.151.020/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 23/04/2018).

**"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO FISCAL APÓS OFERECIMENTO DA EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS.**

1. O acórdão recorrido consignou: 'Conquanto a exceção de pré-executividade não tenha sido conhecida no presente feito, somente assim foi decidido porque as questões ali argüidas demandavam dilação probatória, tendo a parte intentado ação anulatória em face do Município, como se observa da própria petição de fls. 242/243. Posteriormente, vê-se que foi exatamente a anulação do título, dada a ilegalidade da instituição da contribuição de melhoria em cobrança, que ensejou o pedido de cancelamento da CDA neste feito, como se ve da certidão de fl. 250. Portanto, parece-me evidente o cabimento da condenação do Município em honorários advocatícios'.

**2. O Tribunal a quo está em sintonia com a jurisprudência do STJ no sentido de que extinta a Execução Fiscal, por cancelamento da CDA, após a citação do devedor e apresentação de defesa, deve-se perquirir quem deu causa à demanda, a fim de imputar-lhe o ônus de pagar os honorários, em face do princípio da causalidade.**

3. Recurso Especial não provido" (STJ, REsp 1.659.645/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de

05/05/2017).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MULTA PROTETÓRIA. EXCLUSÃO. **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. ART. 26 DA LEI 6830/80**

1. O disposto no art. 26, do CPC, pressupõe que nos processos que terminarem por desistência ou reconhecimento do pedido, as despesas e honorários advocatícios caberão à parte que desistiu ou reconheceu.

2. 'A desistência da execução fiscal, após o oferecimento dos embargos, não exime o exequente dos encargos da sucumbência.' (Súmula n.º 153/STJ)

3. **Ademais, ainda que não ofertados embargos à execução, é cabível a condenação da Fazenda Pública, em honorários de advogado na hipótese de desistência ou reconhecimento do pedido, em razão de a parte executada ter contratado os serviços de advogado com o objetivo de extinguir o processo.**

(...)

6. Agravo regimental desprovido" (STJ, AgRg no REsp 635.971/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, DJ de 16/11/2004, p. 200).

Assim, não tendo o Tribunal de origem emitido juízo de valor sobre os pontos, tem razão a recorrente, quando alega a existência de omissão no acórdão impugnado, tendo em vista que as questões sobre as quais a Corte de origem não se pronunciou são relevantes, em tese, e têm o condão, caso sejam procedentes, de alterar o julgamento, e, por conseguinte, a solução inicialmente dada à controvérsia.

Destarte, resta configurada a violação aos arts. 1.022, II, e 489, do CPC/2015 e, assim, a negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.421.705/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/02/2014; REsp 900.238/BA, Rel. Ministra DENISE ARRUDA, PRIMEIRA TURMA, DJU de 07/05/2007; REsp 1.512.047/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 30/06/2015.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, para anular o acórdão referente aos Embargos de Declaração, a fim de que o Tribunal de origem se pronuncie, de maneira motivada, com a análise das alegações da recorrente, restando prejudicadas as demais questões.

I.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

